

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 471.208 - RS (2014/0018254-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : ALPHEU JOSÉ DE BONI - ESPÓLIO
ADVOGADOS : CARLOS ROBERTO KIRCHHOF E OUTRO(S) - RS030654
RAQUEL HECK MARIANO DA ROCHA E OUTRO(S) - RS053985
IANAE DANIEL MARTINS DA CUNHA MARTELLI - RS060331
RAFAEL WEYNE VARGAS E OUTRO(S) - RS085086
AGRAVANTE : HOMERO ANTONIO DE BONI - ESPÓLIO
ADVOGADOS : PAULO FELIPE BECKER - RS040551
MARIA AMELIA DE BONI E OUTRO(S) - RS063770
AGRAVADO : ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS CAXIENSE LTDA - MASSA
FALIDA
ADVOGADO : NELSON CESA SPEROTTO E OUTRO(S) - RS021005
INTERES. : MARIO ANTONIO DE BONI - ESPÓLIO
ADVOGADO : ANTÔNIO CARLOS DE BONI E OUTRO(S) - RS006242

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto pelo ESPÓLIO DE HOMERO ANTONIO DE BONI contra decisão que inadmitiu o recurso especial por impossibilidade de reexame de fatos e provas e ausência de prequestionamento (e-STJ fls. 1.145/1.155).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fls. 1.006/1.008):

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS. FALÊNCIA. FRAUDE EVIDENCIADA. PRELIMINARES AFASTADAS. LEGITIMIDADE PASSIVA. PRESCRIÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA.

Da legitimidade passiva

1. A legitimidade está alicerçada na exordial na responsabilidade do sócio Homero pelos atos fraudulentos praticados, não sendo necessária maior análise quanto à aferição da extensão daquela nesse momento, sob pena de adentrar no mérito da contenda, o que será objeto de análise a seguir.

Da prescrição da pretensão

2. A ação se origina de ato ilícito que importe em lesão ao direito pugnado, sobre o qual existia notícia criminis, sendo que não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva, desde que, é claro, o fato punível esteja sendo apurado mediante ação penal, o que ocorreu no caso em exame.

3. Ajuizada a presente demanda, em 01.04.2002, quando ainda tramitava a ação penal sobre os mesmos fatos, cuja sentença foi prolatada em 31.10.02. Inteligência do disposto no art. 200 do Código Civil.

Do cerceamento de defesa

4. Cerceamento de defesa não caracterizado, porquanto acostado ao feito documentação suficiente para o deslinde do litígio, oportunizada às partes a vista e impugnação daquela.

5. Oportuno ressaltar que, de acordo com o que dispõe o art. 396 do CPC, a prova documental dever ser trazida aos autos pelo autor com a petição inicial e pelo réu com a defesa.

6. Ademais, o Juiz é o destinatário das provas, cabendo a ele aferir sobre a necessidade ou não de sua produção, a teor do que estabelece o art. 130 do CPC.

Mérito do recurso em exame.

7. Impende consignar a independência das esferas civil e criminal, consoante estabelece o art. 935 do Código Civil, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato,

ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

8. Os demandados agiram de forma ruínosa na condução do objetivo social da empresa falida, frustrando a arrecadação dos bens e conseqüentemente o pagamento dos credores, ficando prejudicada a localização de outros bens diante dos desvios procedidos durante a gestão dos demandados.

9. É insofismável o dano causado à falida, pois as manobras administrativas dos sócios desta ocasionaram a sua derrocada econômica, visto que praticaram atos manifestamente irregulares, contrárias ao objetivo social da falida e à própria lei, como por exemplo, a utilização de conta corrente paralela ("caixa 2"), o favorecimento de cotas tituladas por pessoas ligadas à empresa (parentes, amigos, funcionários, etc.), e acertos de cobrança que não eram repassados aos grupos de consórcio, sendo apropriados pelos sócios.

10. A responsabilidade dos sócios da empresa falida, ora demandados, decorre da prática dos atos ilícitos supracitados na condição de administradores da empresa que teve a sua quebra decretada, em desconformidade com o objeto social e a ordem legal, consoante estabelecia o art. 10 e 16 da Lei nº 3708 de 1919, cuja previsão atual está nos arts. 990, 1010, § 3º, e 1.080, todos do Código Civil, de sorte que a atuação irregular daqueles os tornam solidários com as obrigações da falida que resultaram destes atos.

11. Ademais, a responsabilidade dos réus está caracterizada não só na culpa, ou seja, na imperícia e negligência com que administraram os negócios da empresa resultando na derrocada econômica desta, como também no dolo ao agirem desta forma, razão pela qual devem reparar os prejuízos causados aos credores da falida e a esta em virtude dos ilícitos civis e comerciais que praticaram na referida gestão, tendo em vista que comprovado o dano e sua extensão, bem como o nexo causal quanto aos agentes que praticaram estes, quer por ação como por omissão, conforme descrito nos itens anteriores, consoante estabelecem os arts. 186 e 187, ambos do Código Civil.

12. Manutenção da verba honorária fixada no Juízo *a quo*, pois remunera apropriadamente o trabalho realizado pelo patrono do demandante.

Afastadas as preliminares suscitadas e negado provimento aos recursos.

Embargos de declaração rejeitados (e-STJ fls. 1.063/1.071 e 1.073/1.081).

No recurso especial (e-STJ fls. 1.116/1.137), com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da CF, o recorrente apontou violação dos arts. 301, VI, 485, IV, do CPC/1973 e 935 do CC/2002.

No agravo (e-STJ fls. 1.174/1.201), foram refutados os fundamentos da decisão agravada e alegado o cumprimento de todos requisitos legais para recebimento do especial.

Parecer do Ministério Público Federal pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 1.233/1.238).

É o relatório.

Decido.

Em razão do conhecimento do agravo e do provimento do recurso especial do recorrente ALPHEU JOSÉ DE BONI - ESPÓLIO, para anular o acórdão dos embargos de declaração e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que supra as omissões apontadas, fica prejudicada a análise do presente agravo.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do agravo.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se e intímem-se.

Brasília-DF, 22 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator